



**CLIPPING INTERNET**  
**05/12/2022 ATÉ 05/12/2022**



# INDÍCE

---

1	CEMULHER	
	1.1 DIFUSORA ON.....	1
2	CONVÊNIOS	
	2.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 SITE BARRA DO CORDA.....	3
4	EVENTOS	
	4.1 SITE AGORA SANTA INÊS.....	4
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	5
6	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	6.1 SITE IMIRANTE.COM.....	6

## **Tribunal de Justiça promove ações de combate à violência de gênero no Maranhão**

O Poder Judiciário do Maranhão promove até esta quarta-feira (7), ações multidisciplinares de conscientização acerca da violência contra a mulher, por meio das campanhas Semana da Justiça Pela Paz em Casa e 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher. Os programas também visam contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional nos casos de violência de gênero, por meio de esforços concentrados de julgamento.

No Maranhão - a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA), presidida pelo desembargador Cleones Carvalho Cunha - tem realizado desde o mês de novembro, diversas ações como audiências concentradas para acelerar os julgamentos, palestras, oficinas, rodas de conversa, fórum e implementação de programas junto à população para combater a violência contra a mulher.

Dentre as ações realizadas pelo Cemulher, destaca-se o programa "Justiça em Rede: um link entre o Judiciário e as mulheres em situação de violência", que capacitou gratuitamente profissionais e estudantes das áreas da educação, saúde e assistência social. A campanha também inaugurou as salas Justiça em Rede nos bairros da Liberdade, Cidade Operária e área Itaqui-Bacanga, de forma a aproximar a Justiça de cidadãos e cidadãs.

Sobre as campanhas, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten afirmou que "o Poder Judiciário está comprometido em debelar esta, que é uma das maiores chagas da nossa sociedade, em pleno século XXI, que é a violência de gênero. Nós reforçamos a nossa responsabilidade, na Semana da Justiça pela Paz em Casa, em criar, continuamente, uma cultura de respeito e cordialidade à mulher. Quando concretizamos ações como essas, estamos efetivando a tutela dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana", frisou.

Nesta segunda-feira (5/12), às 18h30, o público masculino é convidado a refletir sobre a masculinidade e os processos de violência de gênero em uma Roda de Conversa na Arena UNDB do Golden Shopping Calhau. Já na terça (6/12), das 8h30 às 18h, acontece a oficina "Masculinidades na Instituição: Homens, Violência e Poder Judiciário", destinada aos servidores e magistrados do TJMA. Por fim, o II Simpósio Agenda 2030 e os ODS na UEMA concluirá a programação de ações do Judiciário maranhense. O evento acontecerá nos dias 6 (presencial, no auditório UEMANET) e 7 de dezembro (em formato remoto).

### **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA**

O Programa Justiça pela Paz em Casa é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais de Justiça estaduais e tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006).

O programa - instituído pela Resolução CNJ nº 254/2018 - também promove ações interdisciplinares organizadas que objetivam dar visibilidade ao assunto e sensibilizar a sociedade para a realidade violenta que as mulheres brasileiras enfrentam.

Para acelerar os julgamentos, existirão quatro salas de audiência, nos turnos matutino e vespertino, voltadas a realização de audiências no Fórum Desembargador Sarney Costa, organizadas pela 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

## **21 DIAS DE ATIVISMO**

O Conselho Nacional de Justiça também promove os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher com ações que envolvem e mobilizam os tribunais do país. A campanha iniciou em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra no país e traz reflexões sobre os variados cenários da violência de gênero contra meninas e mulheres, com a contextualização de suas vulnerabilidades. A mobilização termina no próximo sábado (10/12), Dia Internacional dos Direitos Humanos.

O movimento criado pelo CNJ, que busca sensibilizar a sociedade para o tema, sobretudo no Judiciário, se inspira na ação mundial denominada 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a mulher, que se iniciou em 1991, intitulada “as mariposas”, em homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, assassinadas, em 1960, na República Dominicana.

A campanha representa um marco no aprofundamento das políticas de combate à violência de gênero, feminicídio e outras formas de agressões no âmbito do Judiciário e está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU). Em especial, o ODS 5, que visa estimular ações para o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.

# **FAMEM E PODER JUDICIÁRIO FIRMAM PARCERIA PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA COM 73 MUNICÍPIOS: SANTA INÊS NÃO FAZ PARTE DA LISTA**

Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Governador Newton Bello, Monção, Pindaré-Mirim, Santa Luzia, São João do Caru e Viana estão entre os 73 municípios. A Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) participou na terça-feira (29), da solenidade de assinatura do Termo de Cooperação Técnica com 73 prefeituras municipais beneficiadas pelo Projeto "Registro para Todos". O município de Santa Inês não faz parte da relação. A ação é uma iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão (CCJ-MA) em parceria com a Famem e outros órgãos e tem como objetivo promover o direito à moradia aos maranhenses que vivem em áreas ocupadas irregularmente. A solenidade foi realizada no auditório do Fórum de São Luís. A prefeita de Anapurus, Vanderly Monteles, representou a Famem na solenidade de assinatura do termo de cooperação técnica e destacou a importância da ação para a população que reside nos municípios maranhenses. "Essa iniciativa possibilita a regularização de posses que estão em áreas de interesse social por um custo zero ou mesmo a custo irrisório para os nossos municípios. Nós que estamos lá nos municípios sabemos o interesse e a vontade de cada dono de terra ter a documentação em cartório que lhe garanta a posse oficial da sua propriedade", pontuou. A prefeita enfatizou o empenho da Famem para garantir que o processo de regularização fundiária seja concretizada em benefício da população maranhense. "A Famem está empenhada com toda sua equipe para orientar os municípios a como proceder para concretizar essa importante ação social. Vamos fazer nossa função municipalista de apoio a todos os prefeitos e, conseqüentemente, aos nossos municípios", ressaltou. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, destacou que a regularização fundiária é uma política necessária e prioritária para o desenvolvimento dos municípios, para assegurar moradia digna para suas populações. "O problema da Regularização Fundiária no país não é novo e resulta de uma série de políticas que foram iniciadas, tentadas, mas fracassadas, por falta de vontade política, sobretudo, de homens e mulheres públicas, que estiveram à frente do processo", observou Velten. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, lembrou que o projeto de Regularização Fundiária teve início na gestão do corregedor Paulo Velten, junto ao MATOPIBA-MG e ao Fórum Fundiário Nacional e enfatizou que o registro imobiliário é gratuito para o cidadão. "É um Termo de Cooperação de Trabalho. Vamos trabalhar com o serviço judiciário, extrajudicial, Governo do Estado, Federação dos Municípios e Escola da Magistratura (...). Não é um serviço simples. É um serviço extremamente complexo. Trabalhamos com documentação, perícia, notificações, publicidade de editais, chamamento da população e dos vizinhos da demarcação e precisamos de uma secretaria para dar suporte às prefeituras", explicou o corregedor. As autoridades presentes assinaram o Termo de Cooperação Técnica, que formaliza a parceria visando ao início das ações. A próxima etapa do projeto será o início das atividades nos municípios. As ações estão previstas para começar em janeiro de 2023. Cada município beneficiado vai elaborar um plano de trabalho descrevendo as etapas e os prazos, propor a legislação para o Poder Legislativo Municipal e treinar os seus servidores, em curso oferecido pela ESMAM. Será obedecida a ordem cronológica de apresentação desses planos, para o início das atividades. Assinaram o Termo de Cooperação Técnica, prefeitos, procuradores de Justiça e registradores dos municípios de: Açailândia, Afonso Cunha, Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Anapurus, Apicum Açu, Axixá, Bacurituba (São Bento), Barreirinhas, Bela Vista, Bom Jardim, Buriticupu, Buriti Bravo, Campestre do Maranhão, Cantanhede, Carolina, Capinzal do Norte, Chapadinha, Codó, Davinópolis, Dom Pedro, Formosa da Serra Negra, Governador Edison Lobão, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Humberto de Campos, Itapecuru-Mirim, Joselândia, Lima Campos, Maracumé, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Monção, Montes Altos, Morros, Nova Colinas, Nova Olinda, Paraibano, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Raposa, Ribamar Fiquene, Santo Amaro, Santa Filomena, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão; São Francisco do Maranhão; São João do Caru; São João do Paraíso; São Luís, São Mateus do Maranhão, São Pedro dos Crentes,

São Vicente Férrer, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Tasso Fragoso, Timbiras, Timon, Tuntum, Turilândia, Vargem Grande, Viana e Vila Nova dos Martírios.

## **SEMANA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS COMEÇA COM SEMINÁRIO QUE DISCUTE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Teve início, na quinta-feira (1º) e prossegue até o dia 12 deste mês, a 5ª Semana Estadual dos Direitos Humanos do Maranhão, com a realização do 1º Seminário da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência à Pessoa com Deficiência (REVDEF). Investindo em educação, em direitos humanos e com programação híbrida, o evento reuniu militantes do movimento da pessoa com deficiência, autoridades do sistema de Justiça e do Executivo maranhense. A secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Amanda Costa, avaliou a ação como uma grande conquista após um ano de atividade da Rede, criada em dezembro de 2021. “Abrir esta Semana dos Direitos Humanos com este primeiro seminário é simbólico. A articulação desta Rede que completa, agora, um ano, já apresenta diversos avanços e a superação das desigualdades sociais que só é possível a partir dessa interlocução em rede, na qual podemos ampliar e trocar informações qualificadas entre os participantes para mais ações e conquistas, neste caso, para as pessoas com deficiência”, explicou Amanda Costa. Conforme o Atlas da Violência, publicado em 2021 e elaborado a partir de uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Instituto de Economia Aplicada (Ipea) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), que usou dados da Vigilância de Violência Interpessoal e Autoprovocada (Viva-Sisan), do Ministério da Saúde, a cada hora um caso de violência contra pessoa com deficiência é registrado no Brasil, sendo as mulheres as principais vítimas. E as taxas de violações contra as mulheres com deficiência são duas vezes maiores que a dos homens. Os tipos mais comuns são físicos em 53% dos casos, seguida da psicológica (31%) e negligência ou abandono (29%). Com o objetivo de sensibilizar sobre essa realidade e apresentar as ações do governo do Maranhão no enfrentamento a estes crimes covardes, a Semana Estadual de Direitos Humanos começou colocando o combate à violência em pauta. O Seminário utilizou painéis e manifestações artísticas e culturais para tratar sobre o tema, iniciando com o painel “LBI: Caminhos rumo à utopia de uma vida livre de violência”, ministrado pelo advogado especialista em Direitos Humanos, Thiago Viana. Em seguida, trouxe reflexões sobre “A importância do trabalho em rede no enfrentamento à violência contra a pessoa com deficiência”, com a fala do jornalista Luiz Carlos Lopes. Depois houve uma mesa de diálogo sobre “Atuação no Enfrentamento à Violência contra Pessoa com Deficiência no Maranhão”, que reuniu representantes das Secretarias de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) e da Segurança Pública (SSP), do Tribunal de Justiça do Maranhão, da Defensoria Pública do Estado, do Conselho Estadual de Pessoa com Deficiência, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Fórum Maranhense das Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologia. A abertura do evento teve a presença do procurador-geral da Justiça, Eduardo Jorge Heluy Nicolau; da secretária-adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Beatriz Carvalho; do defensor-geral do Estado, Gabriel Furtado; dentre outras autoridades do sistema de Justiça e representantes da sociedade civil. “As pessoas com deficiência e a violência que elas sofrem - muitas vezes nem conscientes - são invisibilizadas. Em rede, como esta inédita no Brasil em que estão instituições governamentais, sociedade civil, sistema de justiça e outros, temos mais possibilidades de mapear, conseguir informações e unir forças para avançar em políticas públicas e iniciativas para uma inclusão efetiva e real”, completou Beatriz Carvalho. Durante o evento, a advogada e cantora Isabelle Passinho apresentou canções autorais e maranhenses. Além disso, foram expostos trabalhos da Liga Solidária e de Pintura Artística “Adicionando cores a seu sonho” - de Manuely de Araújo Castelo Branco. Para Joseana Lemos, integrante do Coletivo das Mulheres com Deficiência, somente com representatividade e autonomia as pessoas com deficiência ocupam mais espaços, desmitificando o capacitismo, combatendo a violência e tendo voz ativa por seus direitos. Ela ressaltou que diversos avanços foram conquistados nos últimos anos, como a própria Secretaria Adjunta dos Direitos da Pessoa com Deficiência. “Mas são esforços conjuntos e integrados que nos farão chegar a uma sociedade mais inclusiva e sem opressão”, completou.

## **Barra do Corda - TJMA suspende eficácia de lei que incorpora vantagem temporária à remuneração de servidor**

Ribamar Guimarães by Ribamar Guimarães 5 de dezembro de 2022 in Notícias da Barra  
Barra do Corda - TJMA suspende eficácia de lei que incorpora vantagem temporária à remuneração de servidor  
Entendimento é de que a Lei nº 901/2020 do município de Barra do Corda é incompatível com o parágrafo 9º do artigo 39 da Constituição Federal

Decisão do Órgão Especial em sessão virtual foi favorável ao pedido de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo MP-MA contra lei do município de Barra do Corda

Decisão unânime do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão, em sessão virtual, deferiu medida cautelar em Ação Direita de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Ministério Público estadual, para suspender a eficácia da Lei nº 901/2020, de Barra do Corda. A norma permitia a incorporação das parcelas remuneratórias decorrentes do exercício de cargo comissionado, função de confiança ou função gratifica e demais gratificações ao vencimento de servidor(a) do município que alcançar 60 meses recebendo a gratificação.

De acordo com o relatório, solicitada a se manifestar, a Câmara Municipal de Barra do Corda prestou informações com documentos, nos quais consta ofício da Procuradoria-Geral do município, informando à casa legislativa que o Poder Executivo não incorporou aos servidores a gratificação prevista na Lei Municipal nº 901/2020, por recomendação do Ministério Público.

Por sua vez, o município de Barra do Corda, por intermédio de sua Procuradoria-Geral, manifestou-se em petição instruída com documentos, afirmando não ter nenhuma objeção à alegação de inconstitucionalidade da norma.

### VOTO

O voto do relator, desembargador José Luiz de Almeida, lembrou que o mecanismo de incorporação, ao vencimento-base do cargo efetivo, das parcelas pecuniárias em virtude do exercício de cargo comissionado ou função de confiança por determinado tempo já teve sua constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento de 2009.

Todavia, prosseguiu o relator, foi banido do ordenamento jurídico pátrio com o advento da Emenda Constitucional nº 103/2019, que conferiu a seguinte redação ao artigo 39, parágrafo 9º, da Constituição Federal de 1988: “é vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo”.

O desembargador citou, ainda, julgamento do STF de 2017, que fixou a seguinte tese: “Tribunais de Justiça podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados”.

José Luiz Almeida destacou que, embora a Constituição do Estado do Maranhão não reproduza, textualmente, o



parágrafo 9º do artigo 39 da Constituição Federal, trata-se de norma de reprodução obrigatória, por estabelecer vedação de caráter geral e abstrato a toda a Administração Pública, o que viabiliza sua utilização como parâmetro de controle concentrado de constitucionalidade em âmbito estadual de normas municipais conflitantes com o referido preceito.

O relator concluiu que a Lei nº 901/2020, de 16 de julho de 2020, do município de Barra do Corda, é incompatível com o parágrafo 9º do artigo 39 da Constituição Federal. Em razão disso, votou pelo deferimento da medida cautelar.

Agência TJMA de Notícias  
asscom@tjma.jus.br

## **Órgãos públicos e agências bancárias funcionam em horário especial nesta segunda-feira (5), no Maranhão**

A seleção brasileira entra em campos às 16h em jogo contra a Coreia do Sul pelas oitavas de final da Copa do Mundo.

Imirante.com

05/12/2022 às 07h32 - Atualizada em 05/12/2022 às 07h34

Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado.

Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado. (Foto: Karlos Geromy)

SÃO LUÍS - A seleção brasileira entra em campo nesta segunda-feira (5) para disputar as oitavas de final da Copa do Mundo 2022, em jogo contra a Coreia do Sul, que será disputado às 16h, no estádio 974, em Doha, no Catar. Com isso, no Maranhão, órgãos públicos e agências bancárias terão horário de funcionamento alterado.

Veja a lista e horário de funcionamento dos órgãos públicos maranhenses:

- Defensoria Pública do Estado do Maranhão: 8h às 14h

- Tribunal de Justiça do Maranhão: 8h às 14h

- Governo do Estado do Maranhão: 8h às 14h

- Prefeitura de São Luís: 8h às 14h

### Agências bancárias

Os bancos devem afixar em suas dependências os avisos sobre o horário especial de atendimento ao público. Veja como fica o expediente nas agências bancárias:

- Das 9h às 14h em estados com horário igual ao horário de Brasília;

- Das 8h às 13h nos estados com diferença de 1h em relação ao horário de Brasília;

- Das 7h às 12h nos estados com diferença de 2h em relação ao horário de Brasília.

### Agências do INSS

As agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também terão horário especial de funcionamento nos dias em que a seleção brasileira estiver em campo pela Copa do Mundo 2022. Nesta sexta-feira (2), as agências vão realizar atendimento até 14h (horário de Brasília).

A central telefônica 135 também vai contar com um funcionamento especial. O atendimento humano será

suspensão 30 minutos antes da partida, retornando 30 minutos após o término do jogo. Nesse intervalo, a central 135 continuará funcionando com o atendimento eletrônico.

Por meio do atendimento eletrônico do 135, é possível obter informações sobre o benefício, saber o horário que foi agendado o próximo atendimento na agência ou ainda obter informações de pagamento. As ligações para o 135 são gratuitas se forem feitas de telefone fixo. Quem usar o celular paga apenas o valor de uma ligação local.

O portal Meu INSS também seguirá disponível tanto no site quanto no aplicativo de celular, disponível para iOS e Android. Pelo portal, é possível pedir benefícios, emitir extratos, cumprir exigências e agendar atendimento presencial. Nesse canal, o cidadão também encontra a assistente virtual Helô, que orienta e tira dúvidas sobre serviços e benefícios do INSS.

## Correios

Os Correios vão encerrar o expediente das agências uma hora antes do início da partida. Além disso, os centros operacionais e serviços de distribuição dos Correios funcionarão das 7h às 15h.

A Central de Atendimento dos Correios (CAC) estará disponível normalmente, por meio dos seguintes canais:

- Site dos Correios, na página do Fale Conosco;
- Atendimento automatizado, pelos telefones 0800 725 7282, 0800 725 0100 e 3003 0100;
- Chat: [www.correios.com.br](http://www.correios.com.br)

## **Veja o funcionamento de serviços e comércio no Maranhão nesta segunda-feira (5)**

Nesta segunda-feira (5), o jogo do Brasil contra a Coreia do Sul pelas oitavas de final da Copa do Mundo, às 16h, irá alterar o funcionamento do comércio, órgãos públicos e bancos no Maranhão.

A Seleção Brasileira, classificada para jogar as etapas mata-mata da Copa do Mundo, afeta o expediente nos órgãos do governo maranhense que será definido à medida em que os confrontos forem estabelecidos.

### **CONFIRA A LISTA:**

#### **Bancos**

Os bancos também seguem expediente diferente, seguindo decisão comunicada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O horário de funcionamento hoje é das 9h às 14h. Em todos os casos, considera-se o horário de Brasília.

#### **Comércio**

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) informou que não há regra específica prevista em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) sobre o horário de funcionamento do comércio em dias de jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo 2022.

As empresas têm liberdade para estabelecer a permanência ou suspensão do expediente. Para a compensação das horas não trabalhadas é necessário firmar, previamente, acordos individuais com os empregados.

Em caso de interrupção do expediente por decisão exclusiva da empresa, as horas não trabalhadas não poderão ser compensadas posteriormente pelo empregado.

#### **Defensoria Pública do Maranhão**

Quando os jogos ocorrerem às 16h, o expediente irá até 14h.

#### **Energia elétrica**

A Equatorial Maranhão reorganizou os horários de funcionamento de suas agências e postos de coleta do E+ Reciclagem. No dia 5 de dezembro, quando a seleção joga contra Coreia do Sul às 16h, as agências de atendimento funcionarão de 8h às 15h e os postos do E+ Reciclagem estarão abertos de 8h às 14h.

Caso queira trocar material reciclável por bônus na conta de energia em um dos postos do E+ Reciclagem, o cliente deve antecipar ou deixar a entrega para depois

As mudanças de horários se aplicam somente ao atendimento ao público e demais trabalhos administrativos. O Centro de Operações Integradas e setores operacionais seguem funcionando 24h.

## **Governo do Estado, Ministério Público do Maranhão e Prefeitura de São Luís**

Expediente das 8h às 14h.

### **Órgãos do governo federal no Maranhão**

De acordo com as orientações, publicadas no Diário Oficial da União, em dias de jogos às 16h, o trabalho é encerrado às 14h.

As regras se estendem a todos os servidores e empregados públicos, os contratados temporários e os estagiários. As horas não trabalhadas por conta dos jogos terão de ser compensadas entre 1º de dezembro de 2022 e 31 de maio de 2023.

### **Supermercados**

Os supermercados vão funcionar normalmente no Jogo do Brasil contra a Coreia do Sul.

### **Tribunal de Justiça do Maranhão**

O expediente interno é encerrado às 14 horas, quando o jogo da Seleção tiver seu início às 16 horas.